

Memórias e narrativas políticas: influências da literatura memorialística na produção acadêmica da História do Rio Grande do Norte pós-1945

Political memoir and narrative: influences of memorialistic literature in academic production of the History of Rio Grande do Norte after 1945

Jailma Maria de Lima¹

RESUMO: A literatura memorial produzida no Rio Grande do Norte sobre o período de 1945 a 1964 compõe-se, principalmente, das obras de autores que são referência no estado, atuantes na política local, e até nacional, a partir das décadas de 1920/30. Eles publicaram memórias, discursos parlamentares e depoimentos orais. Tais livros vieram a público durante o regime militar, porém, em contextos políticos diferenciados e nos quais interessava aos autores dar explicações e criar imagens das suas atuações e opções políticas. Tais escritos memorialísticos refletem-se na produção acadêmica sobre a história do Rio Grande do Norte do período abordado. Neste sentido, o artigo versa sobre histórias contadas por políticos norterriograndenses e reforçadas pela literatura acadêmica. Assim, com base nos escritos autobiográficos, memorialísticos e acadêmicos traçamos um perfil sobre como se narra a história do Rio Grande do Norte no período de 1945 a 1964. Refletir sobre essa produção é fundamental para que novas histórias emergjam, influenciadas pelos marcos teórico-metodológicos das chamadas Nova História Política e Nova História Cultural.

PALAVRAS-CHAVE: História política, literatura memorial, produção acadêmica, Rio Grande do Norte.

ABSTRACT: The memorial literature produced in Rio Grande do Norte between 1945 and 1964 is mainly constituted of works whose authors are members of a reference group in the said state, people active in local, even national, politics, from the decades of 1920/30 on. They published memoirs, parliamentary speeches and oral reports. These books became widespread during the military regime, being, however, in different political contexts, in which the authors were interested in giving explanations and creating images for their actions and political options. Such memoirs have an impact on the academical writing of the history of Rio Grande do Norte during the period addressed. In this sense, this article focuses on stories told by people from the referenced state, which are reinforced by political and academic literature. Therefore, based on the autobiographical, memorialist and academic works, we draw a profile about how the story of Rio Grande do Norte is narrated in during the period ranging from 1945 up to 1964. Considering this production is essential for new stories to arise, influenced by theoretical and methodological frameworks from the said New Political History and New Cultural History.

KEYWORDS: Political history, memorial literature, academic production, Rio Grande do Norte.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Departamento de História do CERES.
jailmalima@ig.com.br

Nas últimas décadas, a historiografia brasileira tem absorvido as discussões teórico-metodológicas ocorridas em outros países e incorporado novos conceitos para análises de história política, o que se reflete na própria maneira de pensar a sociedade e suas escolhas políticas.¹ Assim, têm sido realizadas pesquisas cujos objetos relacionam-se a sistemas de representação e sua relação com a vida social, bem como com a natureza do poder político.² Nesse sentido, sob diferentes olhares e abordagens, têm se desenvolvido estudos que analisam desde mitos, utopias, ideologias, expressos em festas, ritos, propaganda e comemorações políticas, até imagens, como estátuas, monumentos, fotografias, etc. São, portanto, estudos sobre “[...] práticas e representações acionadas em diferentes sociedades e em variadas circunstâncias históricas, assim como têm podido explorar, por meios de documentos de distintas naturezas, um rico estoque de representações, que nos mostram as fortes conexões existentes entre política e cultura.” (CAPELATO & DUTRA, 2000, p. 238).

Apesar da ampliação das pesquisas sobre o Rio Grande do Norte, a produção local, sobretudo sobre o século XX, ainda não absorveu as transformações historiográficas recentes e tem como marca a consolidação de imagens memorialísticas produzidas pelos políticos locais. Muitos temas ainda necessitam de estudos, como é o caso da atuação dos partidos políticos no estado, sobre os quais a exceção é um artigo publicado sobre o Partido Comunista do Brasil (COSTA, 2011).

Assim, da produção local há basicamente dois tipos de publicações: um de natureza acadêmica, cuja maior parte é produzida no nível de pós-graduação; e outro composto, em linhas gerais, por trabalhos de cunho memorialístico, seja de políticos, seja de jornalistas políticos que exerceram sua profissão na imprensa local a partir dos anos 1940, ou de admiradores e amigos de políticos.

Do conjunto das obras dos jornalistas políticos destacam-se as de Ticiano Duarte e João Batista Machado, que exerceram funções de assessorias a políticos locais. Duarte, em 2000, publicou o livro *Anotações do meu caderno*, com crônicas políticas escritas para o jornal *Tribuna do Norte*, rememorando acontecimentos políticos da cidade. Machado escreveu diversas obras, todas com aspectos bastante semelhantes: perfis de políticos apresentando traços

de exaltação, principalmente, a ex-governadores do estado e a outros “grandes” políticos. Seus trabalhos são frequentemente citados, embora ele não problematize sobre as ações dos políticos, tratando-os apenas na perspectiva de “grandes homens, grandes obras” e reproduzindo suas falas. Machado exerceu a função de secretário e de assessor de imprensa em vários governos, tendo como obras publicadas, dentre outras: *De 35 ao AI-5* (1992); *Política no atacado e no varejo* (1993); *Como se fazia governador durante o regime militar* (1995); *1960: explosão de paixão e ódio* (1998); e *Resgate da memória política* (2006). O jornalista José Ayrton de Lima também publicou obras sobre a história política local: *A história do rádio no RN*; *Ideologia política do rádio norte-rio-grandense*; *Da brejeira ao rabo de palha*; *História das campanhas populares no RN*.

Recentemente têm-se produzido e publicado obras biográficas sobre políticos do estado. Tais pesquisas apresentam uma maior investigação empírica, embora o caráter memorialístico ainda predomine: Ubaldo Bezerra (CENTENO, 2005); Hélio Galvão; (COSTA, 2007) e Padre Mota (FEMENICK, 2007).

É necessário demarcar que a literatura memorial do Rio Grande do Norte compõe-se, principalmente, das obras de autores que são referência no estado, atuantes na política local, e até nacional, a partir das décadas de 1920/30. Eles publicaram memórias, discursos parlamentares e depoimentos orais. São eles: João café Filho, Dinarte Mariz, Aluizio Alves e João Maria Furtado. Tal conjunto memorialístico embasa, de forma substancial, a literatura acadêmica que aborda a história política do estado pós 1930 e, sobretudo pós 1945.

É preciso atentar para o fato de que as pesquisas que utilizam memórias e depoimentos orais, seja como fonte, seja como objeto de pesquisa – têm suscitado diversas reflexões de cunho teórico-metodológico. Uma das questões apontadas é a perspectiva de se analisar tais trabalhos não como se fossem a “verdade dos fatos”, mas no sentido de pensar como os autores, em determinados contextos, dizem o que viram, sentiram e experimentaram (GOMES, 2004, p. 7).

Memórias são sempre escritas, em determinado momento, com uma determinada intenção, seja de explicar comportamentos, justificar ações, criar imagens sobre algo ou até sobre si mesmo, ou seja, o sujeito diz como quer ser lembrado. Nesse sentido, destaca-se a

necessidade de se refletir sobre o momento da produção memorialística, que pode dizer muito mais em relação ao presente do autor do que sobre seu passado. Assim, consideramos que os “significados atribuídos a ações e escolhas do passado [são] determinados por uma visão retrospectiva, que confere sentido às experiências no momento em que são narradas.” (ALBERTI, 2005, p. 170). Desse modo, essa visão retrospectiva é, como afirma Gomes, “um tipo de discurso que produz uma espécie de ‘excesso do real pelo vivido’, pelos detalhes que pode registrar, pelos assuntos que pode revelar e pela linguagem intimista que mobiliza.” (2004, p. 15).

Memórias políticas e seus lugares de produção

Para os fins desse artigo selecionamos, da produção memorialística local, os textos de três políticos e um jurista, conforme mostra tabela abaixo.

Tabela 1 – Literatura memorial sobre o Rio Grande do Norte

Nome	Obras/editoras	Ano
João Café Filho (1899-1970)	Do sindicato ao Catete: memórias políticas e confissões humanas /Ed. José Olímpio;	1966
Aluízio Alves (1921-2006)	Sem ódio e sem medo/ Ed. Nosso Tempo;	1969
	A verdade que não é secreta /Nova Lima Artes Gráficas;	1976
	Entrevista para o programa Memória Viva (da Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN)/ EDUFRN	1983
João Maria Furtado (jurista- 1904-1997)	Vertentes/Gráfica Olímpica Ed.	1976
Dinarte de Medeiros Mariz (1903-1984)	A vida de um revolucionário/ Gráfica do Senado Federal	1980a
	José Augusto: o líder/Fundação José Augusto;	1984
	Entrevista para o programa Memória Viva (UFRN)/ EDUFRN;	1980b

Fonte: elaboração da autora com base nas Referências

Nosso objetivo, ao apresentarmos seus perfis biográficos e suas memórias, é mostrar como eles, ao construírem narrativas sobre suas trajetórias políticas, constroem também versões para a história política do estado, e no caso de Café Filho, para a história política do Brasil, algo relevante porque são consolidadas pela literatura acadêmica. Tais narrativas têm um lugar de

produção e são motivadas por interesses em explicar suas participações em momentos políticos-chaves da história do estado/país. Tais livros vieram a público durante o regime militar, porém, em contextos políticos diferenciados e nos quais interessava aos autores dar explicações e criar imagens das suas atuações e opções políticas.

O primeiro político potiguar, do conjunto selecionado, a publicar suas memórias foi Café Filho: *Do Sindicato ao Catete*, em 1966. Um dos fundadores do Partido Republicano Progressista (PRP)³, em 1945 transformado em Partido Social Progressista (PSP), em 1946⁴, Café Filho concorreu à vice-presidência da República ao lado de Getúlio Vargas em 1950 e assumiu a presidência da República em 24 de agosto de 1954, após uma crise política que culminou no suicídio de Getúlio Vargas. O período do exercício da presidência foi exercido sob pressões políticas e militares. Em 03 de novembro de 1955, após tentativas de imposições militares para o fechamento de jornais comunistas e rumores de que os candidatos eleitos - Juscelino Kubistchek e João Goulart, para presidente e vice-presidente da República - não seriam empossados, Café Filho foi hospitalizado com um problema cardiovascular, e afastou-se do cargo. O presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, foi empossado, entretanto, entrou em choque com o Ministro da Guerra, Marechal Henrique Teixeira Lott. Este demitiu-se do cargo e liderou um movimento armado que depôs o presidente interino no dia 11 de novembro de 1955, garantindo a posse de Nereu Ramos, presidente do Senado.

Ao sair do hospital, Café Filho quis reassumir o cargo, porém foi impedido, pelas tropas militares, com a aprovação do Congresso Nacional. Mesmo tendo recorrido ao Supremo Tribunal Federal (STF), Café Filho não reassumiu. O país foi colocado em estado de sítio até a posse de Juscelino Kubistchek e João Goulart, ocorrida em 31 de janeiro de 1956. O golpe preventivo, como o episódio ficou conhecido, “liberou tendências nacionalistas dentro das Forças Armadas, particularmente no Exército, próximas ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e que, até, então, atuavam com discrição política.” (FERREIRA, 2005, p. 261).

A produção memorialística de Café Filho relaciona-se diretamente aos episódios narrados acima. *Do sindicato ao Catete*, começou a ser escrito meses depois do golpe militar de 1964 e seu autor exercia, desde 1961, a função de ministro do Tribunal de Contas da Guanabara,

por indicação do governador Carlos Lacerda (UDN), um dos sustentáculos da sua presidência. Em dois volumes, totalizando 637 páginas, *Café Filho*, narra aspectos de sua trajetória política, motivado, segundo ele, primeiro, pela necessidade de retificar “distorções” em relação à sua passagem pela presidência da República, entre 1954 e 1955. A outra motivação, para a escrita do livro, era o fato de possuir “um filho varão”, que poderia ser chamado a defender o pai. *Café Filho* afirma que resolvera deixar-lhe “uma documentação tão completa quanto possível, capaz de habilitá-lo a me julgar [...] e a rebater com provas os julgamentos falsos ou facciosos que ainda persistirem em torno da minha pessoa e do meu governo.” (CAFÉ FILHO, 1966, p. 4).

No momento da escrita dessas memórias, completara dez anos do suicídio de Getúlio Vargas e, conseqüente ascensão de *Café Filho* à presidência, como também nove anos da sua deposição. Evidencia-se na obra, um autor que guardava rancores por ter sido impedido de reassumir o cargo e, exatamente por isso, o teor central de suas explicações é a imagem que se consolidou, sobre o fim do seu governo: o impedimento decorria do apoio dele ao possível golpe, para que os políticos eleitos não fossem empossados. Daí, *Café Filho*, em vários momentos da obra, negar que apoiaria uma intervenção ilegal e recorrer a afirmativas do General Teixeira Lott, publicadas na imprensa, de que as articulações para o golpe existiam, porém, não eram do conhecimento do presidente *Café Filho*. Nesse sentido, o empenho do ex-presidente em criar uma memória própria do seu governo e do golpe militar de 1955: a “verdadeira razão” para os golpes (de 11 e de 21 de novembro de 1955) teria sido o medo que as forças juscelinistas e janguistas, apoiadas pelas comunistas, tinham de uma rigorosa análise dos resultados eleitorais por parte do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O comportamento imparcial dele como presidente era a garantia de que a análise daquele tribunal seria rigorosa e correta. (*Café Filho*, 1966, p. 582).

Como a conjuntura de escrita era de outra intervenção militar, em vários trechos compara as ações militares de 1955 e de 1964, afirmando que após o suicídio de Vargas em 1954, auge da crise política, ele, como presidente, cumprira estritamente a Constituição, que ajudara a elaborar. Portanto, o ato do seu impedimento fora totalmente ilegal. Em abril de 1964, ao contrário, o “presidente deposto fugiu com medo dos tiros que o poderiam atingir.” Assim, o

governo foi, legitimamente, entregue ao chefe da “revolução vitoriosa” de 1964. (CAFÉ FILHO, 1966, p. 624). Em agosto de 1954, tentara contribuir para uma “saída honrosa” para Getúlio Vargas, sugerindo que ambos renunciassem ao governo, no que não obteve êxito, pois Getúlio preferiu o suicídio à renúncia. Para ele, “em agosto de 1954, a nação foi sacudida por uma tragédia; não vibrou como em abril de 1964, com o sucesso de um movimento revolucionário. Esta a diferença essencial: a tragédia em 1954 e a Revolução em 1964.” (1966, p. 404).

Ao longo da obra, Café Filho, apresenta-se como um homem que sempre atuou com sentimento de justiça e solidariedade humana (1966, p. 68). Teriam sido exatamente esses sentimentos que o transformaram na década de 1920, de uma criança calma, em um jovem “irrequieto e revoltado” com as injustiças sociais. (1966, p. 16). Daí, passou a defender como advogado provisionado, no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, àqueles que não tinham condição financeira para pagar advogado, mas também passou a liderar greves de estivadores, pescadores, tecelões, na década de 1920 em Natal. (1966, p. 20). Nesse sentido, é que afirma “de muito advogar a causa dos pobres, aderi ao drama deles e tomei a frente das suas reivindicações nos sindicatos e nas ruas.” (1966, p. 35). Para ele, foram tais preocupações que o levaram para a política. “Pessoalmente, eu era um homem de hábitos simples, que vivera sempre no meio do povo. Fizera uma carreira política vindo de baixo, da luta, do ostracismo, do exílio e da pobreza.” (1966, p. 397).

Partidário e amigo de Café Filho, ao longo de mais de quarenta anos, o desembargador João Maria Furtado, publicou suas memórias, *Vertentes*, em 1976, seis anos após a morte de Café Filho e dez anos após a publicação de *Do sindicato ao Catete*. Apesar de nunca ter disputado cargo eletivo, Furtado participava de decisões políticas importantes, ligadas ao PSP, em função da relação de amizade que o ligava a Café Filho. Após o golpe de 1964, João Maria Furtado, juntamente com seu filho Roberto Furtado, envolveu-se ativamente na defesa de vários presos políticos do Rio Grande do Norte. Talvez, por isto mesmo, não haja, nas suas memórias, referências à administração de Djalma Maranhão, à frente da prefeitura de Natal, ao irmão de Djalma, Luiz Inácio Maranhão, a quaisquer prisões políticas, ou mesmo ao golpe militar. Apesar de já se falar em abertura política, no Governo Geisel, em 1976, os riscos ainda eram grandes.

Ao longo de mais de 400 páginas, Furtado narra reminiscências de sua vida e de sua família. Entretanto, a ênfase é nos acontecimentos políticos do estado, entre 1930 e 1960. Inicialmente, evidencia aspectos que para o autor, colocavam em lado opostos os cafeístas, partidários de Café Filho, e os anti-cafeístas na década de 1930, durante o tumultuado período interventorial.⁵ O momento da Insurreição Comunista de 1935⁶, também ganhou destaque na análise, porque Furtado foi acusado de comunista e de ter participado do levante, sendo demitido do cargo de juiz de direito. Segundo ele, apenas por ser partidário de Café Filho, à época deputado federal, pelo Partido Social Nacionalista (PSN). Em 1937, Furtado, após uma “batalha judiciária”, foi readmitido ao cargo de juiz do qual fora afastado. Ao longo da obra, o autor analisa aspectos administrativos e políticos dos interventores e depois dos governadores estaduais⁷, a partir de 1947, tecendo elogios ou críticas e comentando a organização da justiça estadual, principalmente da justiça eleitoral.

O processo de redemocratização, iniciado em 1945 foi analisado por Furtado, a partir da estruturação partidária, ocorrida naquele ano, e das disputas jurídicas travadas pelos partidos políticos junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE), vivenciadas por Furtado, no exercício do cargo de desembargador, que passou a desempenhar a partir de 1946. Uma das imagens que o autor enfatiza é de que os pessedistas, em 1946 e 1947, usaram de todos os atos ilegais para realizarem livremente, e sem restrição, sua propaganda política, enquanto agiam com atos arbitrários para impedir a propaganda oposicionista. Tal posicionamento foi defendido também no TRE, pois naquela campanha, Furtado se envolveu na defesa das *Oposições Coligadas*, composição política entre PSP e União Democrática Nacional. A apuração eleitoral daquele pleito foi uma longa batalha jurídica, que durou quase seis meses, até ser divulgada oficialmente.

Completando o quadro dos autores memorialísticos selecionados, Dinarte Mariz e Aluizio Alves, apresentam aspectos relevantes para pensarmos a produção das memórias políticas no estado. São eles os dois políticos do estado que possuem mais trabalhos produzidos – acadêmicos e memorialísticos- sobre suas trajetórias. Além disso, os embates entre ambos, após romperem politicamente, em 1960, apresentam-se, de forma evidente, na construção das

suas trajetórias políticas. Ambos pertenceram ao Partido Popular (PP)⁸, fundado em 1933 e extinto em 1937, com a decretação do Estado Novo. Em 1945, os dois políticos ingressaram na UDN, compondo a linha de frente do partido no estado e disputando cargos em várias eleições ocorridas no período: Aluízio Alves eleito deputado federal (1945; 1950; 1954 e 1958) e Dinarte Mariz derrotado ao senado (1945 e 1950) e eleito senador (1954). Em 1955, Dinarte Mariz articulou sua candidatura e foi eleito governador do estado, com o apoio do então presidente Café Filho.

Contudo, a sucessão de Dinarte Mariz, em 1960, foi pleiteada por Alves e vetada pelo então governador. Tal veto causou, não só o rompimento político entre os dois, mas também, uma acirrada disputa política nos anos posteriores. Alves lançou-se candidato a governador pelo PSD e venceu o pleito. Em 1962, Mariz se reelegeu senador e foi um dos líderes do golpe militar de 1964. Em 1965, na campanha para a sucessão de Aluízio Alves, Dinarte Mariz concorreu, porém foi derrotado pelo pe. Walfredo Gurgel. Em 1969, após assumir o mandato de deputado federal, para o qual foi eleito em 1968, Alves foi cassado após a decretação do Ato Institucional n. 05 de dezembro de 1968. A partir daí, mesmo cassado, Aluízio Alves passou a liderar o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no estado, enquanto Dinarte Mariz liderava a Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

Aluízio Alves foi um dos fundadores do jornal *Tribuna da Imprensa*, no Rio de Janeiro, junto com Carlos Lacerda, em 1949 e do jornal *Tribuna do Norte*, em 1950, em Natal. Além dos artigos na imprensa, publicou vários livros, desde *Angicos*, em 1940, no qual narra a história do município em que nasceu, até o último lançado em 2001, intitulado *O que não esqueci*, escreveu ainda obras com discursos parlamentares e memórias que contribuíram para formar imagens sobre sua trajetória política.

Em *Sem ódio e sem medo*, de 1969, publicado imediatamente após a cassação do seu mandato de deputado federal, o autor reuniu vários discursos políticos, de momentos diversos de sua vida pública, que apresentam o perfil de um parlamentar que se preocupava com a seca no Nordeste, mesmo antes da criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e de um governador, preocupado com os problemas do estado, entre eles, a

eletrificação, a agricultura, a educação. O livro, publicado pela editora *Nosso Tempo*, fundada pelo próprio autor em 1969, no Rio de Janeiro. Entretanto, o sentido do livro é também atacar seu adversário e, neste sentido, publicou um discurso proferido, por ele, em 1962, que tinha como alvo seu antecessor no governo do estado. Ao assumir, em 1961, Aluízio Alves mandou revogar uma série de leis publicadas por Dinarte Mariz, nos últimos dias do seu governo. As leis votadas e aprovadas pela Assembleia Legislativa, dentre outros aspectos, nomeavam vários servidores para o serviço público estadual e sua revogação resultou em grande disputa jurídica e política. No discurso proferido em 1962, e publicado em 1969, o governador afirmava que a disputa jurídica, estava se constituindo em um conflito de mentalidades, a velha derrotada pelo povo e que ainda persistia no judiciário e a nova que “pretende sobrepor a defesa do estado ao arranjo de grupos e pessoas”. (1969, p. 133).

Em 1976, Aluízio Alves, publicou *A verdade que não é secreta*, para responder a uma “minuta de documento secreto”, distribuída, meses antes, no senado e em redações de jornais, segundo ele, por Dinarte Mariz. O documento consistia em uma investigação sobre sua administração, realizada em 1966, resumidas aqui em três itens: 1- corrupção: empréstimos concedidos pelo banco estatal e doação de terrenos a Aluízio Alves e a parentes e amigos; 2- ações incompatíveis com a Revolução de 1964: declaração de Aluízio à imprensa em 06 de março de 1964, defendendo a reforma agrária; “amizades” e nomeações de comunistas para cargos de confiança; 3- abuso de poder econômico nas eleições: nomeações em massa, com fins eleitorais. Tais acusações se desmembravam em várias outras e o autor estrutura a obra de forma a explicar os motivos do rompimento entre ele e seu rival, como decorrente de divergências políticas, ao mesmo tempo, que acusa o adversário de fraudes em campanhas políticas, coação sobre os eleitores e tentativas de anular os resultados eleitorais.

Dinarte Mariz, por sua vez, também vai definir sua memória política, principalmente, reunindo discursos pronunciados. Nesse sentido, publicou em 1975, *A vida de um revolucionário*, com discursos pronunciados no Senado Federal, defendendo a “Revolução de 1964” e exaltando os militares, ao mesmo tempo, em que identificava sua trajetória política como revolucionária: em 1930, apoiando a Aliança Liberal; em 1932, na Revolução

Constitucionalista; em 1935, combatendo os comunistas, no Rio Grande do Norte; nas conspirações contra a ditadura varguista; e em 1964, participando da fase preparatória da “Revolução de 1964”. Na construção da sua memória, Dinarte Mariz, entrelaçava aspectos familiares e da sua região, o Seridó, mas principalmente, da cidade de Caicó. Ao abordar um aspecto era necessário falar do outro.

Em palestra realizada em 1980⁹, sobre seu primo e ex-governador do estado José Augusto Bezerra de Medeiros e publicada como livro *José Augusto: o líder*, Dinarte Mariz objetivava narrar a trajetória política e destacar episódios políticos nos quais aquele político se envolvera. No entanto, Dinarte Mariz evidencia muito mais sua própria trajetória política do que a do homenageado e, sempre na perspectiva de destacar-se, como um revolucionário.

Aluizio Alves¹⁰ e Dinarte Mariz foram entrevistados no início dos anos 1980 para o Programa *Memória Viva*, realizado pela TV Universitária, pertencente à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Nas entrevistas, publicadas em livros, cada um dos dois políticos voltam-se para a construção da sua própria imagem, ligados ao PP, nos anos 1930 e a UDN, nas décadas de 1940-50. Aluizio Alves apresenta-se como um jovem precoce, movido pelo amor à política, ao jornalismo e ao povo. Dinarte Mariz define-se, como homem que tem a política no sangue, por herança dos antepassados, principalmente do avô, o ex-senador José Bernardo. A ênfase dada a sua própria trajetória é a de revolucionário, que articula nos bastidores, mas também que estava na linha de frente, mesmo, e até, principalmente, dos movimentos armados.

Do conjunto acima demarquemos algumas imagens que se consolidaram: a) Café Filho como líder dos trabalhadores e de greves na década de 1920 no Rio Grande do Norte (CAFÉ FILHO, 1966); b) a formação dos partidos políticos, em 1945, UDN e PSD, como resultante da divisão do antigo Partido Popular, com sua ala mais radical, de combate a Getúlio Vargas, passando a compor a UDN e a menos extremada compondo o PSD; c) o papel de “fiel da balança” exercido pelo PSP, no estado. “[...] apesar da exigüidade teria uma importância suprema nos destinos do estado, pela sua qualidade, obstinação e, sobretudo, a clarividência de sua liderança.” (FURTADO, 1976); d) Dinarte “revolucionário”, em vários momentos, e

articulador para fundação dos partidos políticos (MARIZ, 1975, 1984 e 1986); e) a atuação de Aluizio Alves, em 1942, na campanha de assistência aos flagelados da seca em Natal e como Diretor do Serviço Estadual de Reeducação e Assistência Social do Rio Grande do Norte (SERAS); além de locutor de programas na Rádio Educadora de Natal, no início da década de 1940. Tais aspectos garantiam uma “boa situação emocional” em Natal, resultando na indicação para a chapa de deputado federal e sua vitória em 1945; f) político que realizava 10 Comícios por dia na campanha de 1958 e estrategista político da própria campanha em 1960. (ALVES, 1983 e 1988);

O lugar das memórias nas pesquisas acadêmicas

Algumas das imagens apresentadas acima foram incorporadas pelas pesquisas acadêmicas que começaram a ser desenvolvidas no início da década de 1980. Contudo, convém evidenciar um trabalho situado entre a produção memorialística e a acadêmica, como se estivesse fazendo a ponte entre uma produção e outra. Trata-se do livro *De pé no chão também se aprende a ler* (1961-1964): uma escola democrática (1980), de Moacyr de Góes¹¹. O livro é o relato de uma experiência de alfabetização popular desenvolvida pela prefeitura de Natal, durante a segunda gestão de Djalma Maranhão¹², na prefeitura de Natal (1961-1964), quando Moacyr de Góes exercia o cargo de secretário de educação. E, foi no exercício dessa função, que ele coordenou a campanha *De pé no chão*.

O livro publicado em 1980, portanto, no contexto de abertura política, se constituía, segundo o próprio autor, como uma homenagem a Djalma Maranhão, Luiz Gonzaga, morto em um cárcere em Recife e a Luiz Maranhão desaparecido político em 1974. Para o autor, portanto, era um “livro político, engajado, mas que procura com todo o rigor ser fiel a verdade. Quase duzentas notas de referência, incluídas no final do volume, apoiam e amparam essa intenção.” (Góes, 1980, p. 9-10).

Não nos interessa, para essa análise, as imagens da campanha de alfabetização e sim aspectos políticos abordados pelo autor. Ele foi o primeiro a utilizar-se das memórias de Café Filho e de Furtado, para fundamentar seu trabalho e é com base nelas que ele constrói uma

trajetória para o cafeísmo, definindo-o como: “um fenômeno típico das lutas das camadas médias urbanas contra as oligarquias da República Velha, no Rio Grande do Norte.” (1980, p. 15).

Desse modo, o cafeísmo pode ser dividido em quatro fases: 1) o Café “autêntico”, da década de 1920, que advogava as causas dos pobres, liderava greves de estivadores e pescadores e anti-oligárquico, que, por isto mesmo, foi perseguido pelo então governador Juvenal Lamartine; 2- o Café, ainda, “autêntico”, porém, alijado do poder após a Revolução de 1930, causando uma grande rotatividade na interventoria do estado; 3- um Café “cooptado” pelas oligarquias, após ascender a vice-presidência e a presidência da República, na década de 1950, deixando o cafeísmo “órfão”, sem a autenticidade da “rebeldia, insubordinação, não-conformismo diante da miséria econômica do nordeste e do poder econômico das oligarquias.” (GÓES, 1980, p. 19); 4- cafeísmo “restaurado”, via Djalma Maranhão, que marca a “tendência cafeísta” dentro do PSP, com uma postura contra o imperialismo e o latifúndio e a favor de um “poder nacionalista, democrata e popular.” (1980, p. 19).

Djalma Maranhão havia sido integrante do Partido Comunista até 1946, quando foi expulso, por divergências com a direção do PCB. Para Góes, “o caminho natural para Djalma Maranhão será a militância no cafeísmo” (1980, p. 15). Assim, em 1950, a convite de Café Filho, passou a integrar o PSP, partido ao qual foi filiado até 1956, quando foi para Partido Trabalhista Nacional (PTN). Djalma assumiu a prefeitura entre 1956-1959, por indicação do então governador Dinarte Mariz, e entre 1961-64, após vencer a primeira campanha direta para a prefeitura de Natal, na coligação *Cruzada da Esperança*, que elegeu Aluizio Alves para o governo do estado. Vale salientar, que a coligação reunia dissidentes da UDN, o PSD, lideranças de esquerda, do PTB, PCB e PTN e foi carregada de símbolos. Desde o nome, *Cruzada da Esperança*, explorando um simbolismo religioso, até a utilização de bandeiras e galhos verdes, além de marchinhas e cartazes. É exatamente tal campanha, um ponto bastante abordado pela literatura acadêmica do estado, pois é considerada por tal bibliografia, como sendo a campanha mais popular que o estado vivenciou durante o período da Terceira República.

Em fins da década de 1970 e início dos anos 1980, ocorreu uma ampliação de pesquisas em nível de pós-graduação, o que se refletiu em análises, sobre a história política do Rio Grande do Norte, na Terceira República. No entanto, em termos quantitativos o número ainda é bastante reduzido, seis pesquisas, em nível de mestrado e doutorado. As primeiras pesquisas foram publicadas em 1982: *Lendo e Aprendendo: a campanha de pé no chão*, de José Willington Germano e *Em busca do voto perdido* de Carlos Eduardo Lins e Silva. Na década de 1990 foram realizadas duas pesquisas: *O candidato da Esperança: Aluizio Alves e as eleições de 1960 no Rio Grande do Norte*, (1996) de Henrique Alonso Pereira; *A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia*, de Maria da Conceição P. de Góes (1999). Mais recentemente, foram realizadas mais duas pesquisas: *Aluizio Alves: populismo e modernização no Rio Grande do Norte* (2004), de Sérgio Trindade e *Dinarte Mariz e personalismo na política potiguar* (2004), de Marcus Alcântara.

O conjunto desses trabalhos, produzidos em contextos bem distintos, acabam por incorporar, muitos aspectos da literatura memorial. As duas primeiras pesquisas foram realizadas no espaço acadêmico e em uma conjuntura que predominavam análises sociológicas, influenciadas pela Escola de Sociologia Paulista, que discutia intensamente o conceito de populismo para a política brasileira. Apesar de apresentarem temas diferentes, o conceito de populismo foi assumido neles e em pesquisas posteriores. Ambos os trabalhos voltavam-se para compreender a conjuntura que antecede o golpe militar, sobretudo, o papel das esquerdas no início da década de 1960 e a ideia da manipulação, como categoria central

Desse modo, a dissertação de mestrado *Lendo e Aprendendo: a campanha de pé no chão* (1982) de José Willington Germano, defendida no Departamento de Educação da Unicamp no início da década de 1980 e publicada em 1982, registra a origem, organização e desenvolvimento da campanha de alfabetização popular realizada em Natal, no início da década de 1960, localizando-a no contexto da época. O autor, alerta que “[...] se preocupa, em primeiro lugar, com a situação econômico-político-social vigente no início dos anos 60, para em seguida pensar nos movimentos e campanhas de educação que floresceram na época.” (1982, p. 17), pois é, no

“[...] contexto populista que surgem os movimentos de educação e cultura popular na década de 1960.” (GERMANO, 1982, p. 23).

É, nesse sentido, que, antes de discutir o movimento de alfabetização, o autor evidencia a conjuntura da campanha política de 1960, a indicação e vitória eleitoral de Aluizio Alves. Para ele, a candidatura, de Alves, mesmo tendo sido originariamente vinculada aos setores oligárquicos, representou, nas eleições de 1960, uma força ‘modernizadora’, uma nova ‘mentalidade nordestina’ (p. 49). O autor analisa ainda a administração nacionalista de Djalma Maranhão, situando a campanha de alfabetização popular nesse contexto.

O conceito de populismo, para definir a trajetória política de Aluizio Alves, foi assumido, de forma direta, na obra *Em busca do voto perdido*, de Carlos Eduardo Lins e Silva, publicada em 1982. Analisando a relação daquele político com os meios de comunicação o autor descreve o início da vida pública de Aluizio Alves, como “tipicamente populista”, por sua atuação no rádio e na imprensa. Para o autor, os meios de comunicação de massa exerceram “[...] papel preponderante no fenômeno do populismo.” (1982, p. 20). E, além disso, o autor analisa a utilização dos meios de comunicação na campanha de Aluizio Alves e os símbolos utilizados, como bandeiras verdes, marchinhas, cartazes e panfletos. Para ele, o Rio Grande do Norte, em 1960, oferecia as condições ideais para o surgimento de uma candidatura populista, com o início do processo de industrialização, proporcionado pela criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e pela energia de Paulo Afonso. Tais mudanças indicavam que o domínio oligárquico, até então inquestionável, poderia ser discutido.

O conceito de “populismo” utilizado por Carlos Silva, para a trajetória de Aluizio Alves, foi assumido por trabalhos posteriores que analisaram a trajetória desse político. Este é o caso das dissertações de mestrado, defendidas em 1996 e em 2002. A primeira, cujo título é *O candidato da Esperança: Aluizio Alves e as eleições de 1960 no Rio Grande do Norte*, de Henrique Alonso de A. R. Pereira, foi defendida no Programa de Pós-graduação em História da UFPE, e aborda a candidatura de Aluizio Alves e suas estratégias de campanha política. A segunda, defendida em 2002, pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFRN, intitula-se *Aluizio Alves: populismo nos anos 60*. Este trabalho foi publicado como livro em 2004, intitulado

Aluizio Alves: populismo e modernização no Rio Grande do Norte e analisa a trajetória política de Aluizio Alves, o que incluía sua eleição em 1960. Apresentam-se nas duas obras a ideia que o início da carreira política de Aluizio Alves havia sido por caminhos “tipicamente populistas” (SILVA, 1982). Tais trabalhos absorvem da literatura memorialista, por exemplo, ao traçarem um perfil da formação dos partidos políticos no estado, em 1945, as afirmativas de Furtado (1976) de que, UDN e PSD, resultaram da divisão do antigo Partido Popular, bem como a ideia do PSP, como “fiel da balança”. Mas, a questão central é a trajetória “populista” de Aluizio Alves, evidenciando-se um uma divisão política na história do estado, em antes e depois de 1960, ou antes e depois da atuação de Aluizio Alves em 1960.

Desse modo, em *O Candidato da Esperança*, o autor utiliza fontes variadas (jornais, depoimentos de políticos que conviveram com Aluizio, material de propaganda da campanha, como marchinhas e cartazes), para afirmar que esta campanha, foi a que teve a maior participação popular no período, graças à atuação *populista* de Aluizio Alves. A influência dos referenciais teóricos das Ciências Sociais que discutem o conceito de populismo é evidente. Para o autor, foi, em 1960, durante a campanha política, que nasceu o líder populista. Assim, o candidato Aluizio Alves é descrito:

protagonizando um verdadeiro espetáculo, ele falava com emoção, animação e entusiasmo, para um público bastante receptivo. A campanha eleitoral de 1960 foi inovadora pois, antes dela, eram comuns discursos bucólicos e românticos. Com Aluizio, os discursos ganharam movimento, agitação, gana... (PEREIRA, 1998, p. 67).

E, ainda:

A liderança carismática de Aluizio empolgava as multidões... podemos considerar que Aluizio assumiu as feições de um líder populista dado a força e o caráter carismático de sua liderança. A figura central da Cruzada da Esperança era Aluizio Alves. Diante dele nenhuma ideologia, partido ou programa de governo conseguia se destacar. Em Aluizio estavam centradas todas as atenções. (PEREIRA, 1998, p. 77-78).

No livro, *Aluizio Alves: populismo e modernização no Rio Grande do Norte*, Sérgio Trindade parte dos conceitos de dominação e carisma para fundamentar atuação “populista” de Aluizio Alves. Utilizando-se de várias fontes (jornais, depoimentos de políticos, propagandas da campanha), traça um perfil biográfico daquele político. O que nos parece relevante destacar é que faz uma síntese da história política do Rio Grande do Norte em três períodos.

No primeiro período, trata da Primeira República aos anos 1960, pensado pelo autor em dois momentos distintos: um que analisa a história local da Primeira República ao fim do Estado Novo, para demonstrar a “sobrevivência das oligarquias”; e outro no qual discute o surgimento do *populismo* no Brasil e das condições econômicas do período, visando à discussão da candidatura de Aluizio Alves ao governo do estado em 1960. Para o autor, na primeira República, poucas famílias monopolizavam o processo político, mas ocorria uma significativa renovação. O que era resultante do processo de *circulação de elites* na vida política e administrativa do estado. A renovação ocorria em dois níveis: no interior da própria elite e na competição entre elites e indivíduos não pertencentes aos grupos políticos (TRINDADE, p. 2004, 33).

No segundo período, apresenta a campanha de Aluizio Alves como tendo um caráter tipicamente populista graças à atuação do candidato. Duas afirmações do autor dão a dimensão da análise: “A coligação partidária que permitiu o lançamento da candidatura de Aluizio foi fruto da atração que a personalidade do candidato exercia e as possibilidades eleitorais que oferecia.” (p. 128). E ainda: “[...] era a primeira vez que o RN presenciava, de fato, manifestações políticas. Por um pequeno espaço de tempo, em 1960, e daí por diante, os norterio-grandenses experimentaram o gosto de um confronto político nas ruas das cidades, definidas também como espaços políticos.” (p.137).

No terceiro, analisa aspectos administrativos do governo, como a realização de obras com financiamento norte-americano, através do programa intitulado, *Aliança para o progresso*. Para o autor, a opção não era ingênua e o governador tinha consciência dos objetivos do governo americano ao investir no Brasil: “[...] a moeda da aliança tinha duas faces distintas: modernizar as arcaicas estruturas econômicas nordestinas e barrar a ‘ameaça vermelha’ que

pretendia comunizar o país. Mas Aluizio praticava um nacionalismo pragmático como estratégia para alavancar a modernização do RN.” (p. 204).

O trabalho produzido em nível de pós-graduação, a dissertação de mestrado *Dinarte Mariz e personalismo na política potiguar*, de Marcus Alcântara, foi defendida no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFRN em 2004. Propondo-se a analisar a trajetória política de Dinarte Mariz, o autor discorre sobre os confrontos políticos e as composições partidárias nacionais ocorridas entre 1930 e 1970. Porém, o que seria o objetivo principal do autor, analisar a trajetória política de Dinarte Mariz, fica em segundo plano. A ausência de uma pesquisa empírica mais cuidadosa torna o trabalho restrito no que se refere ao seu objetivo e até às disputas locais, reproduzindo apenas aspectos abordados pelas memórias políticas citadas acima.

O trabalho *A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia*, de Maria da Conceição P. de Góes, foi defendido como tese pelo Programa de Pós-graduação em História da UFRJ e publicado pela editora da mesma universidade em 1999. Na pesquisa, a autora analisa a trajetória biográfica do líder comunista potiguar, Luiz Ignácio Maranhão Filho, desde sua infância, passando pelos exercícios de dois mandatos de deputado estadual, até chegar a seus últimos anos como dirigente nacional do PCB, forçado a viver na clandestinidade, findando com seu desaparecimento político em 1974. A autora realizou um bem documentado trabalho de pesquisa, utilizando-se de várias entrevistas, realizadas por ela ou por outros pesquisadores, com familiares de Luiz Maranhão, membros do Partido Comunista e outras pessoas que com ele conviveram. Também trabalha com os jornais, atas da Assembleia Legislativa e os processos movidos contra Luiz Maranhão pelo Superior Tribunal Militar e extensa bibliografia.

A autora destaca alguns aspectos da trajetória política de Luiz Inácio e do Partido Comunista no estado. Afirma que, em 1951, existiam em Natal seis ou sete células do partido espalhadas pela cidade, inclusive na Base Aérea e na Base Naval. Em 1952, vários comunistas, inclusive Luiz Maranhão e o médico Vulpiano Cavalcanti, foram presos e barbaramente torturados na Base Aérea de Natal. Apesar das prisões e torturas, os comunistas, mesmo na

clandestinidade, continuaram, apoiando candidaturas. Em 1958 e 1962, Luiz Inácio foi eleito deputado estadual, participando ativamente das discussões e posições nacionalistas do início da década de 1960. A partir desta trajetória, a autora destaca o diálogo, intelectual e prático, estabelecido entre comunistas e cristãos em Natal, intermediado por Luiz Maranhão. O estudo centra-se na criação de uma cooperativa de pescadores no bairro das Rocas e na criação da *Campanha de Pé no chão também se aprende a ler*. Góes enfatiza que mesmo após o golpe militar, Luiz Maranhão, um dos dirigentes nacionais do Partido Comunista, se engajou nas principais lutas contra a ditadura: a Frente Ampla, sob a liderança de Carlos Lacerda; no nacionalismo sedimentado, em parte da oficialidade das Forças Armadas, que se opunham à política de abertura econômica do governo; além da resistência dos setores progressistas da Igreja Católica (GÓES, 1999, p. 214).

* * *

A literatura memorial e acadêmica sobre o período da Terceira República no Rio Grande do Norte construiu uma espécie de panteão político para a história do estado, cujos principais nomes incluem desde políticos considerados “populistas”, como é o caso de Aluizio Alves e até do próprio Café Filho, até políticos considerados tradicionais, “coronéis”, como é o caso de Dinarte Mariz. Além disso, trata das lideranças de esquerda do estado, como Djalma Maranhão e Luiz Inácio Maranhão. Tal bibliografia também data como sendo o momento mais importante da história do período a campanha de 1960. Pensamos que é necessária a ampliação de pesquisas que tragam outras contribuições a esse panteão, porém de modo a problematizar algumas afirmativas e a relativizar a periodização.

Referências

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanez (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155-202.

ALCÂNTARA, Marcus R. Tavares de. *Dinarte Mariz e personalismo na política potiguar*. Natal: UFRN. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, 2004. Dissertação de Mestrado.

ALVES, Aluízio. *A verdade que não é secreta*. Rio de Janeiro: Nova Lima Artes Gráficas, 1976.

ALVES, Aluízio. *Memória viva de Aluízio Alves*. Natal: Nossa editora; editora universitária. 1983.

_____. *O que eu não esqueci: reminiscências políticas, 1933-2000*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial. 2001.

_____. *Sem ódio e sem medo*. Rio de Janeiro: Editora Nosso Tempo, 1969.

_____. *A verdade que não é secreta*. Rio de Janeiro: Nova Lima Artes gráficas, 1976.

CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete: memórias políticas e confissões humanas*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1966.

CAPELATO, Maria Helena. História política. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. Dossiê historiografia. N. 17.

_____ & DUTRA, Eliana Freitas. Representação política. o reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: CARDOSO, Ciro F.; MALERBA, Jurandir (orgs.). CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir (orgs.). *Representações. Contribuições a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000. p. 227- 267.

CENTENO, Cléa Bezerra de Melo. *Dever de Memória: uma biografia de Ubaldo Bezerra de Mello*. Natal: [s.e], 2006.

CHARTIER, Roger. *A história cultural*. Entre práticas e representações. Lisboa, Difel, 1989.

_____. 1994. A História hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Revista Estudos históricos*. Rio de Janeiro. Dossiê: CPDOC: 20 anos. vol. 13, n. 13.

COSTA, Gilmar Benevides. Hélio Galvão: o saber como herança. Natal: Moura Ramos, 2007.
DUARTE, Ticiano. *Anotações do meu caderno*. Natal: co-edição Z Comunicação/Sebo Vermelho, 2000.

FEMENICK, Tomislav R. *Padre Mota*. Natal: Fundação José Augusto, 2007.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
FERREIRA, Marieta. A nova "velha história": o retorno da história política. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, 1992. Dossiê teoria e história. v. 10.

FURTADO, João Maria. *Vertentes* (memórias). Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora Ltda, 1976.

GERMANO, José Willington. *Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão*. São Paulo: Cortez, 1991.

GÓES, Maria Conceição Pinto de. *A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e marxistas na construção da utopia*. Rio de Janeiro: Revan; Editora da UFRJ, 1999.

GÓES, Moacyr de. *De pé no chão também se aprende a ler, 1961-64: uma escola democrática*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1991.

GÓES, Moacyr de. *Sem paisagem: memória da prisão*. Natal: Sebo Vermelho, 2004.

GOMES, Ângela de Castro; D'ARAUJO, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: 1996.

_____. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia. Moritz. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. vol 4. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

_____. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória do conceito. In: FERREIRA, Jorge (org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Escrita de si, escrita da História, a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (org.) *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 07-24.

_____. Política: História, ciência, cultura, etc. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 09, n.17, 1996. p. 59-84. Disponível em www.cpdoc.fgv.br. Acesso em 20.06.2006.

_____. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, R; BICALHO, Ma. F. GOUVÊA, Ma. De F, (org.) *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de História*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 21-44.

_____. Jango e a República de 1945-1964: da República populista a terceira República. ALMEIDA, Maria Regina C.; AZEVEDO, Cecília; GONTIJO, Rebeca; SOIHET, Raquel. (orgs). *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 35-50.

MACHADO, João Batista. *1960: Explosão de Paixão e Ódio*. Natal. Departamento Estadual de Imprensa, 1998.

MACHADO, João Batista. *Como se fazia governador durante o regime militar*. Natal: RN Econômico, 1995.

MACHADO, João Batista. *Política no atacado e a varejo: a memória da República no RN*. Natal: CERN, 1993.

MAIA, Agaciel. *Dinarte Mariz: vida e luta de um potiguar*. Brasília: gráfica do Senado, 2005.

MARIZ, Dinarte. *José Augusto: o líder*. Brasília: gráfica do Senado, 1984.

_____. *A vida de um revolucionário*. Brasília: gráfica do Senado, 1980.

_____. *Memória viva de*. Natal: Editora Universitária, 1986.

PEREIRA, Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues. *O Homem da Esperança: Uma Experiência Populista no Rio Grande do Norte (1960-1966)*. Recife, 1996. Dissertação de Mestrado.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita*. In: FERREIRA, Jorge (org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Em busca do voto perdido: os meios de comunicação na tentativa de restaurar um pacto populista*. Natal: COOJORNAT, 1982.

TRINDADE, Sérgio Luiz B. *Aluizio Alves: populismo e modernização no Rio Grande do Norte*. Natal: Sebo Vermelho, 2004.

Artigo recebido em 02 de janeiro de 2013. Aprovado em 25 de abril de 2013.

Notas

¹ Este artigo é um recorte da minha tese de doutorado intitulada *Partidos, candidatos e eleitores: o Rio Grande do Norte em campanha política (1945-1955)*, defendida em março de 2010, no Programa de Pós-graduação e História da Universidade Federal Fluminense- UFF. Este trabalho foi apresentado em forma de comunicação oral durante o XI Encontro Nacional de História Oral, realizado na UFRJ, em 2012.

² Capelato e Dutra (2000, p. 227) levantam os principais contributos teóricos e suas ferramentas analíticas e conceituais no campo de pesquisa sobre representação e imaginário na política. As autoras analisam o desenvolvimento do conceito de representação do ponto de vista teórico, discutindo os principais autores que contribuíram para sua definição desde as teorias semiolinguísticas formuladas a partir de Saussure até os mais recentes que trabalham o conceito, entre os quais Roger Chartier.

³ Em 1933 Café Filho fundou o Partido Social Nacionalista (PSN), partido pelo qual concorreu às eleições de 1934, quando foi eleito deputado federal.

⁴ Em 1946, o PRP fundiu-se com os Partido Popular Sindicalista (PPS) e com o Partido Agrário Nacional (PAN). Passando a ser denominado Partido Social Progressista (PSP).

⁵ O Rio Grande do Norte teve uma alta rotatividade de interventores após a Revolução de 1930: Irineu Jofilly (12 de outubro de 1930 a 28 de janeiro de 1931); Aluizio Moura (28 de janeiro de 1931 a 11 de julho de 1931); Herculino Cascardo (31 de julho de 1931 a 02 de junho de 1932); Bertino Dutra (11 de junho de 1932 a 06 de junho de 1933) Mário Câmara (02 de agosto de 1933 a 27 de outubro de 1935). (MARIZ, 1982; LINDOSO, 1996)

⁶ As informações sobre a atuação dos comunistas em Natal são esparsas. Costa (1995) afirma que o Partido Comunista no estado, teria sido fundado em novembro de 1926. Em abril de 1935 teria se realizado a Primeira Conferência Estadual do Partido Comunista, quando discutiram a organização da Aliança Nacional Libertadora no estado e elegeram a primeira diretoria. Em novembro de 1935, o partido empreendeu a Insurreição Comunista no estado, conquistando 17 dos 41 municípios e permanecendo por quatro dias no poder. Derrotados, foram intensamente perseguidos (COSTA, 1995; VIANNA, 1993).

⁷ Entre 1935 e 1947, o estado foi administrado por: Rafael Fernandes (21 de outubro de 1935 a julho de 1943); Antônio Fernandes Dantas (03 de julho de 1943 a 15 de agosto de 1945) Georgino Avelino (15 de agosto de 1945 a 07 de novembro de 1945); Seabra Fagundes (07 de novembro de 1945 a 13 de fevereiro de 1946); Ubaldo Bezerra (13 de fevereiro de 1946 a 15 de janeiro de 1947) e Orestes Lima (1947 a 31 de julho de 1947).

⁸ O Partido Popular foi fundado em 12 de fevereiro de 1933 e reunia pessoas pertencentes à oligarquia Bezerra de Medeiros ou ligados politicamente a ela, como por exemplo, os ex-governadores José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine; o ex-senador Eloy de Souza; e mais Dinarte Mariz, Monsenhor João da Matha, Joaquim Ignácio, João Marcellino e Martins Veras. O partido possuía o jornal *A Razão* e foi resultante da fusão do antigo Partido Republicano Federal (liderado no Rio Grande do Norte por José Augusto) com a União Democrática Norteriograndense (dirigida pelo Mons. João da Matha Paiva). O PP foi vencedor nas campanhas de 1933, elegendo três dos quatro deputados constituintes, e nas eleições de 1934 elegendo a maioria dos deputados estaduais, responsáveis pela escolha indireta do governador do estado e dos senadores. Essas eleições foram extremamente tumultuadas, com episódios armados e de assassinatos por todo o estado, bem como foi alvo de acirrada disputa no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Na Constituinte de 1934, o PP posicionou-se contrário ao presidente Getúlio Vargas. Foi extinto em 1937, após a decretação do Estado Novo (LIMA, 2001).

⁹ A palestra foi realizada na Fundação José Augusto (Natal-RN) em 23 de setembro de 1980 e publicada como livro em 1984, por ocasião do centenário de nascimento de José Augusto e reunia diversos pronunciamentos de políticos na Câmara Federal que homenageavam José Augusto.

¹⁰ A segunda parte da entrevista com Aluízio Alves foi realizada somente em 1988.

¹¹ Góes escreveu um livro de memórias sobre o período em que esteve preso após o golpe militar de 1964: *Sem Paisagem: memória da prisão*, 1989.

¹² Djalma Maranhão (1912-1971) nasceu em Natal e faleceu em Montevidéu, no Uruguai, onde vivia desde 1964.